

ATA DA DÉCIMA QUARTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 28-11-2022.

Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu-se, de forma presencial, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às nove horas e trinta e sete minutos, foi realizada a chamada, na qual registraram presença Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoní Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Daiana Santos, Fernanda Barth, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Mari Pimentel, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Cezar Augusto Schirmer, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, Jonas Reis, Lourdes Sprenger, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Pedro Ruas e Roberto Robaina. À MESA, foram encaminhados: os Projetos de Lei do Legislativo nºs 282, 283 e 284/22 (Processos nºs 0556, 0557 e 0558/22), de autoria de Atena Beauvoir Roveda; o Projeto de Lei do Legislativo nº 414/22 (Processo nº 0853/22), de autoria de Aline Kerber e de Pedro Ruas; o Projeto de Lei do Legislativo nº 417/22 (Processo nº 0856/22), de autoria de Aldacir Oliboni; o Projeto de Lei do Legislativo nº 418/22 (Processo nº 0857/22), de autoria de Vagner H; o Projeto de Resolução nº 069/22 (Processo nº 0815/22), de autoria da Mesa Diretora; o Projeto de Resolução nº 072/22 (Processo nº 0841/22), de autoria de Psicóloga Tanise Sabino; e o Projeto de Resolução nº 073/22 (Processo nº 0864/22), de autoria de Laura Sito. Também, foram apregoados os Ofícios nºs 4482 e 4495/22, do Prefeito, encaminhando, respectivamente, os Projetos de Lei do Executivo nºs 040 e 041/22 (Processos nºs 0859 e 0863/22, respectivamente). Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 1ª sessão, os Projetos de Lei Complementar do Executivo nºs 017, 018 e 020/22, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 025/22, o Projeto de Lei do Executivo nº 038/22, e os Projetos de Lei do Legislativo nºs 151, 495 e 616/21, 122, 213, 220, 401 e 404/22. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Pedro Ruas, Aldacir Oliboni e Leonel Radde. Na oportunidade, por solicitação de Claudio Janta, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Maria Penha Pereira de Melo Banhos, Selena Zagrillo Zuccolotto, Cybelle Passos Bezerra Lara e Flavia Amoss Merçon Leonardo. Às nove horas e cinquenta e cinco minutos, constatada a existência de quorum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 016/22 (Processo nº 0837/22), após ser discutido por Roberto Robaina, Moisés Barboza, Cláudia Araújo, Jonas Reis, Daiana Santos, Aldacir Oliboni, Pedro Ruas, Matheus Gomes, Felipe Camozzato, Comandante Nádia, Jessé Sangalli, Cassiá Carpes e Alexandre Bobadra. Os trabalhos foram suspensos das onze horas e três minutos às onze horas e vinte e um minutos. Foram apregoadas as seguintes

proposições acessórias ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 016/22: Emendas nºs 01 e 02, de autoria de Aldacir Oliboni; Emendas nºs 03 e 04, de autoria de Leonel Radde e de Jonas Reis; Emendas nºs 05 e 06, de autoria de Claudio Janta; e Subemenda nº 01, de autoria de Claudio Janta, à Emenda nº 01. Foram aprovados Requerimentos solicitando a dispensa do envio das Emendas nºs 01, 02, 03, 04, 05 e 06, e da Subemenda nº 01 à Emenda nº 01, todas apostas ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 016/22, às Comissões Permanentes. Também foram apregoados Requerimentos de Aldacir Oliboni, Leonel Radde, Jonas Reis e Claudio Janta, solicitando votação em destaque para as Emendas nºs 01, 02, 05 e 06 e para a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01, todas apostas ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 016/22. A seguir, foram apregoados Requerimentos dos respectivos autores, solicitando a retirada de tramitação das Emendas nºs 01, 02, 03, 04 e 05, restando prejudicada a Subemenda nº 01 aposta à Emenda nº 01. Foi votada destacadamente e aprovada a Emenda nº 06 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 016/22. Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 016/22. Em Votação Nominal, foi aprovado, em segundo turno, o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 001/22, por trinta e seis votos SIM, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. Às onze horas e vinte e nove minutos, constatada a inexistência de quórum, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Idenir Cecchim. Do que foi lavrada a presente ata, que será submetida à apreciação da Mesa Diretora e aprovada mediante a assinatura da maioria de seus integrantes, nos termos do artigo 149, parágrafo único, do Regimento.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) – às 9h37min: Passamos à

PAUTA – DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0623/22 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 025/22, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, que altera o § 1º e os incs. II, III e IV do § 2º do art. 83 e inclui §§ 5º, 6º e 7º no art. 83 e parágrafo único no art. 84, todos da Lei Complementar nº 12, de 20 de janeiro de 1975 – que institui posturas para o Município

de Porto Alegre e dá outras providências –, e alterações posteriores, modificando sanções às infrações por emissão sonora. (SEI 220.00169/2022-25)

PROC. Nº 0838/22 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 017/22, que altera a ementa, o caput e o parágrafo único do art. 1º e o caput do art. 3º e revoga os incs. I ao VIII do parágrafo único do art. 1º da Lei Complementar nº 906, de 15 de junho de 2021. (SEI 118.00509/2022-40)

PROC. Nº 0839/22 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 018/22, que extingue o Fundo Especial Pró-Mobilidade (FUNPROMOB), altera o Fundo de Reforma e Desenvolvimento Municipal (FRDM) e dá outras providências. (SEI 118.00510/2022-74)

PROC. Nº 0389/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 151/21, de autoria do Ver. Claudio Janta, que inclui o evento Abril Azul – em Defesa dos Direitos dos Autistas – no Anexo II da Lei nº 10.903, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Eventos de Porto Alegre e Calendário Mensal de Atividades de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no mês de abril. (SEI 024.00036/2021-11)

PROC. Nº 1354/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 616/21, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que declara de utilidade pública a Grande Loja Maçônica do Estado do Rio Grande do Sul. (SEI 037.00501/2021-01)

PROC. Nº 0240/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 122/22, de autoria da Ver^a Fernanda Barth, que estabelece normas para a produção e a comercialização de queijos artesanais de leite cru no Município de Porto Alegre. (SEI 212.00047/2021-66)

PROC. Nº 0406/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 213/22, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que torna obrigatória a realização de exame toxicológico por agentes políticos para exercício de suas funções no Executivo Municipal e no Legislativo Municipal de Porto Alegre e dá outras providências. (SEI 037.00314/2022-08)

PROC. Nº 0426/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 220/22, de autoria do Ver. José Freitas, que inclui § 2º no art. 2º da Lei nº 7.054, de 28 de maio de 1992 – que dispõe sobre a oficialização do Brique da Redenção, Artenapraça e Feira do Artesanato no Município de Porto Alegre e dá outras providências –, dispondo sobre a utilização, exclusivamente por bancas de artesanato do Brique da Redenção, do leito da rua junto à calçada do Parque Farroupilha. (SEI 034.00229/2022-34)

PROC. Nº 0828/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 401/22, de autoria dos Vers. Felipe Camozzato, Ramiro Rosário e Idenir Cecchim e das Veras Mari Pimentel, Comandante Nádia, Cláudia Araújo e Fernanda Barth, que revoga a Lei nº

9.996, de 19 de junho de 2006 – que proíbe o consumo de bebidas alcoólicas nas dependências de postos de gasolina, estacionamentos e similares localizados no Município, obriga-os a ostentar, em locais visíveis ao público, cartazes contendo o número desta Lei e os dizeres “proibido o consumo de bebidas alcoólicas” e dá outras providências. (SEI 030.00051/2022-25)

PROC. Nº 0832/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 404/22, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que inclui o evento Jogos das Antigas no Anexo II da Lei nº 10.903, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Eventos de Porto Alegre e Calendário Mensal de Atividades de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no mês de dezembro. (SEI 021.00241/2022-51)

PROC. Nº 0845/22 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 038/22, que inclui as letras “E” e “F” nas Referências e a descrição das atribuições da classe do item Identificação do cargo de Farmacêutico, constantes no Anexo I da Lei nº 6.309, de 28 de dezembro de 1988. (SEI 118.00515/2022-05)

PROC. Nº 0847/22 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 020/22, que cria o Conselho Municipal de Mobilidade Urbana (COMMU), altera o caput e o § 3º do art. 1º, o art. 2º da Lei nº 7.958, de 8 de janeiro de 1997, e o art. 7º da Lei nº 740, de 16 de maio de 2014, revoga a Lei Complementar nº 318, de 28 de março de 1994, a Lei Complementar nº 418, de 16 de junho de 1998, o inc. III do art. 7º e o art. 28 da Lei nº 8.133, de 12 de janeiro de 1998, o § 5º do art. 39 da Lei nº 11.582, de 21 de fevereiro de 2014 e os arts. 8º, 9º e 10 da Lei nº 740, de 16 de maio de 2014. (SEI 118.00517/2022-96)

PROC. Nº 1123/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 495/21, de autoria da Verª Coletivo Cuca Congo, que cria o Selo de Educação Antirracista Professora Doutora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. (SEI 253.00010/2021-05)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta. O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Ver. Idenir Cecchim, que preside a Casa e os trabalhos; vereadoras, vereadores, público da TV Câmara, e, particularmente, municipais e municipais que nos dão a honra estarem presentes aqui, no dia de hoje. Querido João Ezequiel, nossa liderança no Simpa, hoje, é um dia muito importante para sua Casa, porque nós vamos cumprir uma determinação da legislação federal, que uma conquista dos agentes comunitários de saúde e de endemias da maior relevância e que precisa, imediatamente, ter a aprovação. Por isso, amigas, amigos, é fundamental que nós tenhamos a clareza de que o projeto, eu acho que todas e todos sabem disso, eu só vou deixar bem claro - e já encerro a essa manifestação: o

projeto do governo municipal veio com o propósito de estabelecer o salário, o piso, equivalente a dois salários mínimos nacionais, que é o que a lei federal determina. Entretanto, na hora da redação, o projeto estabelece um valor igual ao de dois salários mínimos, mas não diz que o critério são dois salários mínimos. Por isso a nossa emenda da oposição é vital para o cumprimento da norma federal. Porque, por mais que o valor seja o mesmo quando estabelece na lei os reais e centavos, o critério não é; ou seja daqui a um ano, por exemplo, o salário mínimo pode ter um reajuste “X” e o valor dos salários nada. Ou seja, em um ano, em dois ou três, pode ficar completamente defasado. Portanto, o critério de dois salários mínimos nos interessa mais, neste momento, do que o fato de que o valor seja o mesmo. Porque é o mesmo hoje, mas não há garantia de que seja o mesmo depois. Nós sabemos que, por uma questão de política social, particularmente sendo Lula o presidente, com os seus compromissos corretos e adequados, o salário mínimo nacional vai ter sempre um reajuste, João Ezequiel, superior à massa salarial comum. Vai ter sempre, isso vale para tudo! Vale para o trabalhador da ativa, para a trabalhadora, vale para o pensionista, vale para o aposentado, mas tem que valer também para aqueles valores salariais, aqueles pisos que são indexados ao próprio valor do salário mínimo nacional, que é o caso agente comunitário de saúde e endemias. Por isso, repito, nós vamos, sim, aprovar o projeto do governo, mas nós queremos que exista nele a garantia de que a lei federal será cumprida, o piso dos agentes comunitários de saúde e endemias é de dois salários mínimos nacionais, e é assim que nós vamos aprovar! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidente, Ver. Idenir Cecchim; colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão, todos os trabalhadores e trabalhadoras da saúde, mais precisamente os agentes comunitários de saúde e agentes de endemias que estão aqui, bem-vindos, um forte abraço a todos; hoje, nós podemos dizer que estamos fechando um processo de muitos anos de luta pelo reconhecimento do que faz parte dos trabalhadores da saúde – falo parte porque hoje nós falamos dos agentes comunitários de saúde e agentes de endemias. Poderíamos aqui também dizer que não foi muito feliz, por uma decisão do Supremo Tribunal Federal, com relação ao piso nacional dos salários dos técnicos de enfermagem, dos enfermeiros e das outras profissões, mas essa luta não parou e continuará. Acontece que a Emenda Constitucional nº 120, aprovada no Congresso Nacional, passou a distribuir esse recurso para os estados e municípios, mas muitos municípios não conseguiram agilizar o processo de pagamento dos trabalhadores desses dois pisos de salários. Por causa disso, este governo – o governo municipal de Porto Alegre –, infelizmente, não teve a agilidade e o respeito devido aos trabalhadores da saúde. Esse recurso está hoje aplicado na Secretaria da Fazenda, enquanto poderia já ter sido direcionado aos trabalhadores,

para poder trazer não só a dignidade, de que tanto falamos, e direitos adquiridos, mas, acima de tudo, reforçar a receita para trazer uma maior qualidade de vida às famílias desses trabalhadores. O governo preferiu ter uma outra concepção da Emenda Constitucional nº 120, dizendo que os avanços obtidos para os trabalhadores não estavam contemplados no processo do projeto nacional sobre o piso nacional. Aí nós vamos nos debruçar, logo em seguida, sobre as emendas apresentadas. Ora, se o governo concordar em pagar todos os avanços, ele deveria ter concordado, no mínimo, em ter pago 20% ou 40% de insalubridade, coisa que não está garantida. Além disso, o governo poderia reconhecer que para os servidores municipais do quadro geral, eles têm triênio, quinquênio - coisa que não está sendo garantida, o quinquênio - para esses trabalhadores. Mas o mais grave de tudo isso é que o governo estabelece, no projeto de lei, o recurso de R\$ 2.424,00, coisa que agora em janeiro, com um novo governo, será estabelecido um outro valor para o salário mínimo. Portanto, sempre terá que acompanhar, como referência, o piso nacional do salário e os dois salários mínimos.

As emendas, nós vamos discuti-las em seguida; mas com certeza, creio que esse reconhecimento aos trabalhadores da saúde não se resume a palmas apenas, em tempo de pandemia, mas é um direito conquistado com muita luta, e nós queremos trazer, no dia de hoje, a efetivação desse direito, conquistado pela dignidade, não só dos trabalhadores, mas também para todos aqueles que buscam os serviços públicos, mais precisamente, o atendimento pelo Sistema Único de Saúde, o SUS. Bem-vindos, vamos à luta e continuaremos sempre com vocês. Um forte abraço.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelas vítimas da cidade de Aracruz, uma chacina que houve em duas escolas, professoras que foram a óbito, e uma aluna. Venho pedir um minuto de silêncio desta Casa.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Bom dia, Presidente; bom dia, colegas vereadores e vereadoras; bom dia, população de Porto Alegre que nos assiste também pela TVCâmara; bom dia a todos os servidores e servidoras do Município de Porto Alegre que estão hoje aqui nesta Casa, num dia tão importante de uma votação relevante, no momento em que nós vemos novamente o avanço da covid-19, tanto em nível global quanto na nossa capital. Os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias têm um papel fundamental nessa política de prevenção e de

Atenção Básica à saúde dos porto-alegrenses. Sabemos que infelizmente a Prefeitura de Porto Alegre, de mandatos anteriores inclusive, tem desrespeitado os agentes e as agentes, tem respeitado o serviço público, tem desrespeitado a saúde pública com terceirizações irrestritas, com o desmantelamento de políticas relevantes, com ataques ao SUS, e isso se reflete no atendimento que a nossa população tem recebido nos postos de saúde. (Palmas.) Felizmente, depois de muito tempo, hoje podemos, aqui, de uma certa forma, fazer um mínimo de justiça com esses trabalhadores e trabalhadoras que tanto se dedicam a cuidar da saúde dos porto-alegrenses. Quantos não ficaram doentes durante a pandemia, quantos não tiveram que se afastar por questões psicológicas, por excesso de trabalho, por tensionamento de chefias, por falta de estrutura? E nós vamos lutar também pelas emendas, porque não é possível que nós tenhamos um projeto que não defina dois salários mínimos. (Palmas.) Isso é o básico, é o mínimo; justamente, dois salários mínimos. Na minha opinião, ainda é muito pouco. Então, esperamos também que a insalubridade seja aprovada, que demais demandas das categorias sejam aprovadas e que nós tenhamos uma política efetiva de saúde pública no nosso Município, de atenção ao SUS, de fortalecimento ao SUS, de fortalecimento à Atenção Básica, de fortalecimento a todos os trabalhadores e trabalhadoras que tanto se dedicam ao nosso Município de Porto Alegre. O prefeito Sebastião Melo já deveria ter feito esse projeto muito antes, estamos atrasados nesse debate, estamos atrasados nessa iniciativa que, inclusive, já foi uma definição que veio de uma emenda constitucional e nós, mais uma vez, estaremos ao lado vocês. Contem com a gente, contem com a nossa luta, contem com o Partido dos Trabalhadores, contem com a oposição aqui na Câmara Municipal de Porto Alegre e vida longa ao SUS. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) – às 9h55min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0837/22 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 016/22, que fixa o valor de referência para o cálculo das parcelas remuneratórias dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e dos Agentes de Combate às Endemias (ACE), de responsabilidade do Município de Porto Alegre; adequa a legislação municipal aos parâmetros fixados pela União Federal e dá outras providências. **(SEI 118.00508/2022-03)**

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB e COSMAM**. Relator-Geral Ver. Claudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 28-11-22.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em discussão o PLCE nº 016/22. (Pausa.) O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Cecchim, diretor Luiz Afonso, vereadores, vereadora, público que assiste pela TVCâmara e sobretudo os trabalhadores, os agentes de saúde, os agentes de combate a endemias, os trabalhadores municipais, os defensores heroicos da nossa saúde pública de Porto Alegre, que foram maltratados durante o governo Marchezan, e nós sabemos o quanto foram maltratados depois pelo governo Melo, que seguiu a mesma política do governo Marchezan. É lógico que nós vamos aprovar este projeto, mas é preciso que a verdade seja dita: este projeto é um projeto que só veio para esta Casa porque teve uma mudança constitucional, porque houve uma vitória federal e a mudança constitucional impôs essa mudança aqui, na Prefeitura. Infelizmente, só no final do ano esse assunto está sendo debatido e este projeto veio para Casa, e desde de maio os trabalhadores da saúde já deveriam estar recebendo os dois salários; não agora em dezembro, não a partir de janeiro. Está aqui o Guilherme, que todos conhecem, que trabalhou no IMESF, nós apresentamos, lá em maio, um pedido de providências para que a Prefeitura cumprisse essa determinação constitucional. Então, realmente... É claro que vamos aprovar. Todo projeto que beneficie o povo, que beneficie a saúde, conta com nosso apoio, conta com o apoio do PSOL; portanto, este projeto que o governo apresentou vai contar com o nosso apoio, mas mesmo assim é incrível... Eu conversava com o Ver. Pedro Ruas, por que é que o governo apresenta um projeto tão mal elaborado? Apesar disso, vamos votar nele. Por que o governo não apresenta um projeto, como corresponde, como manda a lei, a Constituição, dizendo que são dois salários mínimos? Não é o valor, porque o valor muda! Então, parece que é para provocar, parece que é para desrespeitar, parece que é para deixar os trabalhadores sempre em dúvida, se eles vão continuar sendo roubados ou não! É disso que se trata: os trabalhadores da saúde de Porto Alegre têm sido roubados. A definição do que fizeram aqui agora, a definição política e econômica é calote; calote é o que está ocorrendo. A Prefeitura está atuando como caloteira em relação aos trabalhadores da saúde desde maio. Desde maio, Ver. Janta! Por que vocês não mudam, Ver.^a Cláudia? Ver.^a Cláudia, o Ver. Pedro Ruas, que eu saiba foi procurar, não sei como foram? Qual foi a resposta, por que o governo não apresenta a redação correta? Por que é que temos que fazer uma emenda que coloque, da forma correta, fixando em dois

salários mínimos. Não é simplesmente o valor de R\$ 2.424,00, porque R\$ 2.424,00 pode mudar em janeiro, em março. E aí vamos ter que esperar que o prefeito Melo tenha o ato mínimo de sensatez para corrigir o valor! Não, nós não queremos esperar o prefeito Melo, porque o prefeito Melo não está fazendo favor nenhum, e os trabalhadores da saúde, os trabalhadores que estão aqui, a Ver.^a Cláudia sabe muito bem, quando o prefeito Melo se elegeu, foram pedir, sim: por favor, prefeito olhe para a saúde, prefeito olhe para nós, prefeito, estivemos contra o Prefeito Marchezan porque ele tratou a saúde quase como um caso de polícia, desrespeitando os trabalhadores. E o Melo, apesar de reiterados pedidos, adotou a mesma política do prefeito Marchezan. Então, aqui ninguém está pedindo favor, o que querem é respeito, que a lei seja cumprida, que a Constituição seja cumprida. E são dois salários mínimos o que determina a Constituição. Uma boa luta a todos e parabéns pela resistência que vocês têm demonstrado. Viva o SUS, viva os trabalhadores da saúde! (Não revisado pelo orador.)

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Atenção pessoal, obrigado. Para acompanhar o Ver. Pedro Ruas, que já tirou o casaco, eu defiro aqui que está dispensado o uso do paletó nesta manhã, devido ao calor.

O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para discutir o PLCE nº 016/22.

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Bom dia, Presidente Idenir Cecchim. Na verdade, eu gostaria de fazer um registro aqui, pois é muito importante, para o porto-alegrense e a porto-alegrense que acompanham a matéria, que tenham a certeza de que os 36 vereadores possuem amigos pessoais dentre os agentes que estão aí recebendo algo de seu direito. Mas eu também, como conheço os autores reais dessa medida no Brasil, gostaria de jogar luz sobre isso e agradecer a eles publicamente. Vou enviar a eles o vídeo desta sessão, porque é importante nós, legisladores municipais, jogarmos luz sobre os legisladores autores disso no Brasil, ao deputado federal do MDB, partido de V. Exa., Presidente Idenir Cecchim, o deputado federal Valtenir Pereira, do Mato Grosso - tive a oportunidade de conhecê-lo-, quero parabenizá-los por essa conquista do MDB, no Brasil, através do autor dessa proposta, que é o deputado Valtenir Pereira, e também parabenizo o ex-Presidente da República - muitas vezes subi à tribuna para criticá-lo, mas nesse ponto teve um acerto - Fernando Collor de Melo, que foi o relator dessa medida, em âmbito nacional, para que os agentes de endemias recebessem dois salários mínimos. Então, a eles, ao deputado Valtenir Pereira, do MDB, e ao Fernando Collor de Mello, o meu agradecimento pessoal, eu que acompanho essa medida que foi promulgada em Brasília. Eu precisava fazer esse registro, principalmente porque as pessoas, quando assistem as nossas sessões e veem as proposições, às vezes discutem: “Ah, essa é uma medida da Prefeitura, uma medida de autoria de algum vereador...” Na verdade, eu recebi alguns questionamentos sobre a autoria disso, de algumas pessoas relacionadas ao meu mandato, perguntando de quem

era, qual era o vereador ou se era um projeto do Executivo. Por isso estou aqui, de público, para agradecer aos autores da proposição, que acabou se transformando na Emenda Constitucional nº 120, de 2022. Era isso. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Ver. Moisés, feito o registro e o reconhecimento pelas palmas da plateia. A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para discutir o PLCE nº 016/22.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Bom dia, Presidente; colegas vereadores e vereadoras; bom dia, agentes comunitários de saúde e de endemias, sejam bem-vindos a esta Casa. Eu acho que é importante a gente trazer algumas explicações para os agentes, porque uma coisa é o que a gente ouve e outra coisa é a realidade, e a gente precisa saber exatamente como as coisas são e como elas acontecem. Isso é importante para que vocês possam definir aquilo que vocês acham também que é certo. Eu gostaria muito que vocês me ouvissem. Eu sou uma defensora dos agentes comunitários de saúde, sempre fui, inclusive na época do IMESF tudo que se fez foi para que não fosse extinto o IMESF. Eu lutei muito, nesta Casa, para que não terminasse, porque eu entendo a necessidade de termos vocês à frente das nossas comunidades. Vocês fazem a diferença na saúde de Porto Alegre, e a gente entende também que vocês precisam ser valorizados por isso. Hoje nós temos uma legislação federal que, lá em maio, foi aprovada pelo governo federal, e começaram os repasses. Esses repasses foram feitos, a lei foi aprovada no meio do ano, em maio, e começaram a ser feitos os repasses em junho. Ou seja, nós já tínhamos, aqui no Município, uma lei orçamentária anual que estipulava quais as despesas e quais os recursos do Município. O prefeito sempre entendeu, e ele recebeu lá atrás, começou a receber o repasse federal, que inicialmente era de R\$ 1.550, depois passou a dois salários mínimos, que são R\$ 2.424. Por que que os agentes comunitários não receberam, desde maio, o seu salário, o seu piso? Porque as coisas não são como a gente gostaria que fossem, as coisas têm que ser legais. Como que a gente faz com que as coisas sejam legais? Quando se tem uma lei orçamentária, com despesas já estipuladas, precisa aprovar na Câmara de Vereadores uma lei que a gente vai aprovar hoje, para que os encargos, para que os repasses possam ser feitos pelo Município. Então, o prefeito entende dessa necessidade, trouxe a lei, e essa lei só está aqui para votar hoje não foi porque a oposição correu para fazer por vocês, foi porque a liderança do governo, a base do governo, entende e quis que viesse ainda neste ano para votação do piso dos agentes. Hoje nós vamos aprovar essa lei.

Vocês vão receber, vocês vão receber todos os atrasados, porque o prefeito Melo entende isso, de uma vez só, no mês de dezembro. Vocês vão receber a diferença dos R\$ 1.550, que vocês recebiam, para os R\$ 2.424, e mais a diferença dos encargos, o que dá um valor de R\$ 2,5 milhões no orçamento, e todos vocês receberão ainda no exercício de 2022.

Em 2023, em janeiro, sobe o salário mínimo federal. Vocês vão receber, de

imediate, dois salários mínimos atualizados. O que que o prefeito fez? Ele colocou um item lá, que é o que está em discussão hoje, que fixaria em R\$ 2.424 os encargos. Por quê? Porque isso depende da lei orçamentária anual, e o cobertor é curto. Conversamos com o prefeito Melo ainda esta semana, e ele entendeu, e nós estamos colocando uma emenda, sim, para garantir, nos encargos, dois salários mínimos para todos os trabalhadores. Então, o que eu quero dizer para vocês, gente, que uma coisa é o que a gente ouve, uma coisa é o que querem que vocês entendam; outra coisa é a realidade dos fatos.

Nós nunca fomos e nunca seremos contra os agentes comunitários, tanto de saúde quanto de endemias. Nós queremos vocês trabalhando, e nós votamos lá atrás, quando nós votamos na extinção do IMESF, a contratação de 300 e poucos agentes de saúde mais 81 de endemias, nós votamos favoravelmente, e a oposição votou contra. Por eles, vocês estariam desempregados e não realocados. Então, vamos ser bem sinceros, vamos falar a verdade porque uma coisa é o que vocês ouvem, outra coisa é a realidade. O prefeito não é inimigo dos agentes, não é inimigo da saúde, e vocês terão seus direitos garantidos. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLCE nº 016/22.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, queridas agentes e queridos agentes, homens e mulheres que constroem o nosso SUS em Porto Alegre. Eu quero dizer para vocês que eu estou aqui com um problema familiar, a minha irmã está no hospital, teve um infarto, está aguardando uma cirurgia, e eu quero agradecer o cuidado total que vocês, da saúde, têm com as pessoas, e só quando a gente precisa do sistema que a gente sabe a importância do trabalhador, da trabalhadora. E nesse momento que eu queria pedir a sensibilidade desta Casa, qualquer um de nós pode precisar da saúde, não sabe a hora, e a gente precisa ter lá pessoas bem remuneradas, valorizadas. Então, eu venho até esta tribuna mostrar o meu respeito a vocês, o meu respeito porque a gente conhece o trabalho de vocês, acompanha. Vocês, de forma incondicional, ajudam os pacientes. Eu já vi vários de vocês tirando dinheiro do bolso para pagar Uber e levar paciente que chega em posto de saúde para a emergência. Eu já vi vocês acompanhando. Então, nós propusemos aqui algumas emendas corretivas. Nós sabemos que há vários municípios que pagam o incentivo no final do ano; pagam o incentivo. Canoas, aqui do lado, que tem um orçamento menor do que o de Porto Alegre, paga o incentivo. Então, nós propusemos aqui, não pode Porto Alegre ficar para trás, com todo o respeito às cidades do interior. Bagé paga o incentivo; olhem só o exemplo que Bagé deu, vereadores, aprovaram incentivo. Nós precisamos fazer esse gesto. Outra coisa, o projeto do governo Melo deixa a ver navios a questão da sua insalubridade, que, para vocês, é grau máximo. Nós temos que nos colocar no lugar de vocês que estão lá na ponta. Eu quero dar só um exemplo de que este prefeito não

respeita os agentes de endemias: tem poucos servidores e, no bairro Mário Quintana, tem um surto de escorpião. Tem poucos agentes, e ainda quer pagar pouco. Está, há um tempão, com o dinheiro que veio da União, já foi falado aqui pelos colegas; o dinheiro já veio da União. Dizem que tem que ter projeto de lei para aprovar, não precisa! Outros municípios, todos pagaram sem projeto de lei. Estão submetendo os trabalhadores a virem aqui, a esperarem o final do ano para verem se o dinheiro entra ou não entra. Não façam isso, respeitem a realidade, não precisava, é dinheiro de fundo a fundo. Melo, o senhor desrespeita os agentes, quando diz, no Orçamento Participativo, no Cristal, na escola Elyseu Paglioli, “eu vou ter que tirar do bolso alguns milhões para pagar eles”. Não vai ter, porque o senhor tirou R\$ 70 milhões para dar pra Fraport, lá do aeroporto, que não cuida da saúde de ninguém, mas, pelo contrário, ganha dinheiro transportando pessoas e transportando mercadorias; R\$ 70 milhões de isenção de IPTU eles ganharam. Para vocês, o prefeito foi lá reclamar e ainda disse - o que eu achei uma vergonha, prefeito Melo, a maior vergonha que eu já vi sair da boca do prefeito - que para fazer saúde e educação teria que cortar direitos dos servidores. Está aqui, em tramitação, na Casa, o fim da licença-prêmio. É uma vergonha: para os empresários passa o dinheiro e para os trabalhadores tudo é difícil. Então, eu quero pedir a sensibilidade das vereadoras e vereadores. Essa Prefeitura tem orçamento, tanto é que não consegue nem implementar a totalidade das emendas impositivas dos vereadores na saúde e manda dinheiro de volta para o caixa único. Vocês sabiam disso? Isso acontece ali, na Secretaria de Saúde do secretário Sparta. Eu queria que alguém viesse aqui explicar. O que é isso? A gente manda as emendas e eles nem implementam. Vão ter que se explicar lá para as comunidades, que não estão tendo as emendas implementadas. Vão ter que começar a dar satisfação dos seus atos.

E eu quero dizer, agentes, que hoje nós vamos lutar muito aqui para melhorar este projeto, porque vocês merecem. Vocês merecem melhorar o projeto, porque, do jeito que está colocado aqui, nem um índice inflacionário, reajuste automático está previsto. Mas o que é isso? Querem submeter, congelar em R\$ 2.400? Não! Não! Vamos aprovar as emendas, vamos corrigir. Os vereadores têm autonomia para isso! Têm autonomia para respeitar quem constrói a saúde nas unidades, nas periferias principalmente. E eu quero, mais uma vez, deixar um abraço carinhoso para vocês hoje. Hoje é uma batalha que nós haveremos de vencer! Vocês e todos que acreditam na saúde do povo, mas nós teremos muitas outras, porque a valorização de quem trabalha não se resolve facilmente, e não se resolve em um episódio só. Vamos à luta!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra para discutir o PLCE nº 016/22.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Bom dia, colegas vereadoras e vereadores. Bom dia aos agentes comunitários de endemias, aos agentes comunitários de saúde. É justamente por essa relação que nós temos, de uma

proximidade daqueles que sabem da importância de vocês na Atenção Básica, na Atenção Primária, que aqueles que compreendem o que é vínculo, aqueles que definitivamente sabem qual é a responsabilidade das nossas ações aqui com a saúde pública, com as comunidades, aqueles que compreendem que o SUS... E falo isso porque muitos aqui não conhecem a Lei nº 8.080. Ora, é necessário compreender que nós aqui estamos falando de algo que é muito maior e que precisa de pessoas como vocês, comprometida; e por isso, sim, tem que valorizar! Olhando para isso, e acho que é oportuno deixar aqui também registrado que essa valorização já era para estar aí. Isso não está aqui em disputa, se é do governo, se é a base da oposição, não! Nós estamos falando dos trabalhadores da cidade, nós estamos falando de um projeto de emancipação da saúde de Porto Alegre. Quem chega aqui, de forma leviana, questionando isso, não entendeu nada. É isso que eu registro, porque vocês têm um papel fundamental, e eu me orgulho muito de hoje estar aqui fazendo essa defesa, para que sejam garantidos esses dois salários, para que seja garantido o direito da remuneração do trabalho que vocês executam. Fico emocionada ao olhar cada um e cada uma e saber que, se não fossem vocês, teria sido ainda pior esse período tão duro que agora está aí, às vésperas, inclusive, de uma retomada, e nós precisamos valorizar quem cuida, nós precisamos valorizar quem está ativo e atuante. Essa é a nossa responsabilidade! Esses dois salários mínimos, que fazemos questão de garantir – e eles vão ser garantidos –, não são mais do que uma obrigatoriedade, uma responsabilidade com quem executa esse importante trabalho na Atenção Básica. Essa é uma perspectiva real daquilo que nós já deveríamos ter feito no mês de maio – era no mês de maio. Que venham os reajustes, que seja feito dessa forma, porque vocês merecem muito mais do que isso. Todo meu respeito, todo meu apoio, toda minha responsabilidade com esse trabalho, meus colegas e minhas colegas da saúde, porque vocês são fundamentais. É isso! Saibam que aqui vai ter toda a luta necessária para essa garantia, porque eu compreendo essa realidade por já ter atuado na ponta, ao lado de muitos e muitas de vocês; eu sei muito bem o quanto é fundamental, neste momento, garantir que se tenha esse piso, e não fazer isso como uma jogada oportunista, no momento em que as pessoas definitivamente precisam disso, e, sim, fazer isso porque a gente tem a responsabilidade com a cidade, a responsabilidade com o SUS, a responsabilidade com as pessoas, porque a gente compreende que, se não fosse atuação de vocês, a Atenção Básica deste Município não seria absolutamente nada. Parabéns meus colegas, sigam firmes; parabéns pela mobilização, parabéns por terem vindo lotar as galerias desta Casa, exigindo algo que é essencial para a manutenção desses espaços. Venho agora – onde estava inclusive com alguns colegas – lá do Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, e foi dito exatamente: sem Atenção Básica, sem Atenção Primária, sem a mobilização daqueles que estão todos os dias em contato direto – isso é vínculo; com a população o SUS não avança. Obrigada a vocês por nunca terem desistido, mesmo quando estavam sendo atacados; obrigada a vocês por se manterem atuantes, por acreditarem na saúde pública, por acreditarem no SUS, por acreditarem na população e se manterem assim. Vida longa ao SUS; vida longa à saúde pública e, principalmente, a vocês, meus colegas agentes de endemias, agentes comunitários de saúde. Que nós possamos hoje celebrar, aqui enquanto cidade, esta

vitória, porque quem ganha é o povo, com vocês bem remunerados, qualificados, porque é assim que vai reverberando o cuidado; para quem não entende isso, se chama política de humanização, e nós entendemos muito bem, por isso que lutamos por ela. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra PLCE nº 016/22.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Obrigado, pessoal. Agradeço esse reconhecimento conforme expressado aqui pelos nossos trabalhadores da saúde a todos os vereadores que sempre acompanharam essa luta de vocês. Não é por acaso, nós estamos aqui há um bom tempo e sempre acompanhamos a luta dos trabalhadores e a defesa intransigente desse reconhecimento, antes pandemia, pós pandemia. Infelizmente, nós, do campo da esquerda, depois que perdemos o governo, tivemos uma desvalorização do servidor público, tanto daqueles que lutam por manter os seus avanços, as suas conquistas. Infelizmente, esses governos ligados ao capital, ao neoliberalismo não têm a mesma visão que têm os partidos de esquerda na luta pela garantia dos seus direitos, e não é por acaso. Vejam o que aconteceu no governo anterior, a extinção do IMESF e a demissão de mais de 1.840 trabalhadores; tiveram que brigar na justiça, os sindicatos, pelo pagamento a esses trabalhadores. Vejam o atual governo, quando nós defendemos aqui o direito ao trabalho, mandou um projeto de lei a esta Casa com a liquidação da Carris e a demissão, em quatro anos, de mais de 3.500 cobradores. E agora, nesse processo que deveria ser feito no reconhecimento instantâneo, quando aprovada a Emenda Constitucional nº 120, repassando recurso ao caixa do Tesouro Municipal, era uma questão óbvia, uma questão óbvia o governo pagar esses proventos, repassar os recursos ora recebidos e depois então discutir a questão dos avanços. Não! Ele preferiu segurar o dinheiro em caixa, está o dinheiro, em caixa e, desde maio, os trabalhadores lutando na frente da Prefeitura, reunindo-se com os secretários – eu estava presente –, e ele sempre dizendo: “Não, semana que vem está na Câmara, semana que vem estão votando, semana que vem ou, no máximo, no fim do mês, estaremos repassando os recursos.” Olhem o que aconteceu, sete meses – sete meses! – de calvário para que os trabalhadores tivessem esse direito reconhecido, agora, numa votação que tenho certeza será feita por unanimidade, coisa que não será com as emendas que nós apresentamos. O discurso de alguns vereadores, parece que sempre estiveram conosco, que sempre estiveram do lado dos trabalhadores, mas infelizmente a vida real não é essa, mas chegará uma campanha e esses estarão lá, nas nossas portas, nas portas de vocês, pedindo apoio. E aí vem essa questão que, quando nós apertamos aquele botão ali, é o que representa exatamente o que nós sempre defendemos e lutamos. Nós não dobramos a espinha para aqueles que queiram nos cooptar com cargos na Prefeitura, com cargos no governo do Estado, com cargos no governo federal; nós temos, sim, idoneidade na luta por essa dignidade que tanto os senhores e as senhoras, que tanto nós lutamos. Por isso, hoje, nós queremos fazer com que isso aconteça de

verdade. Um forte abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir o PLCE nº 016/22.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Idenir Cecchim, vereadoras, vereadores, público da TVCâmara; particularmente, repito, reitero a importância da presença de vocês no dia de hoje, e eu sei, falava há pouco com o João Ezequiel, do risco funcional de estarem aqui. Nós estamos valorizando isso, nós sabemos disso, e lutaremos ao lado do Simpa para que não haja desconto. (Palmas.) Lutaremos ao lado do Simpa, João, para que não haja desconto. Nós sabemos o quanto custa para cada trabalhadora, para cada trabalhador, um dia, meio dia de salário e suas consequências. É importante repor as coisas aqui. Eu respeito as visões diferentes da minha, evidente que sim, mas, Ver. Robaina, os fatos são os fatos. Há um dado, Ver. Oliboni, da maior relevância. Foi dito aqui na tribuna: o governo Melo concedeu, se fosse pela oposição não seria assim. Com todo respeito: que bobagem! O governo Melo não concedeu nada, isso é uma emenda constitucional, é da Constituição Federal. O governo está cumprindo a lei, está cumprindo a sua obrigação, aliás, tardiamente, porque essa legislação institucional é lá de maio de 2022, nós estamos praticamente em dezembro de 2022. Com todo respeito, mas não vamos aqui dizer “ah, se fosse pela oposição...” Como assim, Robaina? Se fosse pela oposição, vocês receberiam em maio deste ano e não em dezembro, essa é a nossa posição. Agora, o que nós fizemos, já sabemos o que está ocorrendo – não é uma crítica, eu vou apenas dizer para que as coisas fiquem bem claras –, é que as emendas da oposição, particularmente a emenda que faz a indexação correta de dois salários mínimos, não será aprovada pela base do governo, mas o líder do governo apresenta uma emenda correta repondo o que nós queríamos, e terá o nosso apoio. Mas quero dizer que as nossas emendas – isso não é uma disputa, é só explicação – entraram com antecedência, mas isso não nos faz, obviamente, esquecer o que é mais importante, Ver. Roberto Robaina e Ver. Leonel Radde, neste momento, que é, obviamente, o interesse trabalhista das agentes e dos agentes comunitários de saúde e de endemias. Portanto, nós votaremos o projeto, votaremos as nossas emendas e votaremos qualquer emenda do governo que traga vantagem, sim, para as trabalhadoras e trabalhadores. (Palmas.)

Para nós, Ver.^a Mônica Leal, que me honra com a sua atenção, o importante é cumprir a lei federal o quanto antes, o importante é o interesse dos trabalhadores e das trabalhadoras, o importante é o interesse da saúde de Porto Alegre, como é do Estado e de todo o nosso País. O fundamental, no dia de hoje, é termos a garantia de que o piso será estabelecido nos moldes definidos em maio pela Constituição Federal. O piso dos agentes é de dois salários mínimos nacionais para sempre. Parabéns, contem conosco. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para discutir o PLCE nº 016/22.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Bom dia a todas as trabalhadoras e trabalhadores da saúde de Porto Alegre, ao público pelos assiste. Quem conhece um pouco das periferias da nossa cidade sabe que o trabalho que vocês fazem no dia a dia muitas vezes é o único serviço público que chega nos lugares mais inóspitos da nossa cidade, nos lugares onde faltam direitos, onde há muita coisa que o poder público deveria fazer e não faz. É por isso que a lei aprovada em maio deste ano é um avanço fundamental, e nós temos que entender aqui que se trata de uma das maiores conquistas que a classe trabalhadora brasileira teve num período tão difícil. Nós perdemos muita coisa nos últimos anos, muita coisa! Num cenário que já estava ruim, tudo ficou ainda pior quando a pandemia veio e abalou profundamente nosso País, mas isso abriu uma contradição, isso fez o Brasil enxergar a importância dos trabalhadores e das trabalhadoras da saúde. É por isso que estamos hoje aqui discutindo o piso dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias; também é por isso que há um debate no nosso País hoje sobre o tema do piso nacional da enfermagem – temos que lembrar, está no mesmo contexto da discussão que a gente está fazendo aqui agora. E eu estou trazendo esses elementos para gente refletir um pouco sobre esse tema da demora do governo em garantir esse direito. Não é pouca coisa. Eu lembro de ter recebido, no dia 1º de junho, uma comunicação dos agentes lá do morro da Vila Maria da Conceição, região do Partenon, perguntando quando a lei começaria a ser aplicada em Porto Alegre. E nós estamos diante, na verdade, não apenas de um calote, como já foi falado aqui, mas de uma tentativa de desmoralizar esse tipo de legislação; trata-se de um governo que não têm apreço pela garantia de direitos trabalhistas, pela qualificação do serviço público, e também dos bens públicos da nossa cidade, porque hoje estamos diante de uma saúde pública que daqui a pouco a gente não vai nem conseguir uma chamada pública – está toda na mão do serviço privado, terceirizada. Nós tivemos um desmonte da Atenção Primária, da Atenção Básica na cidade de Porto Alegre, isso se reflete nesse desrespeito de quase um semestre na garantia daquilo que é de vocês. Não dá, gente. Hoje, quando a gente debate as atribuições da Prefeitura de Porto Alegre, fico preocupado que daqui a pouco vamos ter a Prefeitura transformada num grande escritório de avaliação de contratos, porque a maioria da saúde já está com o setor privado, é uma realidade na assistência social, na educação básica as EMEIs estão em minoria, frente a outros serviços conveniados, parceirizados, os parques estão sendo entregues para iniciativa privada, tudo para os empresários acontece com rapidez nessa cidade. Agora, com o trabalhador as coisas só saem do papel quando o que vocês fizeram ao longo dos últimos meses se impõe na realidade, que mobilização, organização, protesto na frente da Prefeitura. Eu participei de um em setembro em que algumas garantias foram colocadas na mesa e até agora não as tivemos implementadas. Então, novamente, vocês vêm a cidade de Porto Alegre e a Câmara de Vereadores, além de debater a importância da saúde, da função que vocês fazem como elo entre o SUS e as nossas comunidades, dar uma aula de cidadania, uma aula de política para a nossa

população e um exemplo a outras categorias de trabalhadores da nossa cidade que precisam fazer o que vocês fizeram no último período: se mobilizar!

Nós estamos diante, a partir do ano que vem, de uma possibilidade de retomar direitos a nível nacional, é isso que se abriu, nas últimas semanas, com os resultados que todos vocês conhecem. Agora, isso só vai ser possível – manter direitos e ampliar direitos para a população trabalhadora –, se a gente seguir o caminho que vocês estão nos apresentando neste momento, que é mobilização, pressão e ganhar as comunidades para entender a justiça da pauta de vocês, que neste momento é a garantia do piso estabelecido a nível nacional, dos dois salários mínimos e de outras possibilidades que essa lei coloca e que são direitos de vocês, e que Porto Alegre tem que respeitar.

Parabéns, viva a mobilização de vocês em defesa da saúde na nossa cidade!
(Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para discutir o PLCE nº 016/22.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Muito obrigado, Presidente Idenir Cecchim, bom dia. Bom dia a todos que estão conosco aqui, na Câmara, também aos vereadores.

Primeiro, quero iniciar cumprimentando a mobilização de toda a categoria, é muito importante vocês estarem aqui presentes, parabéns por toda essa mobilização. No intuito de contribuir com esse tema, eu trago aqui algumas informações. Primeiro, quero dar a notícia de que o governo está se organizando para aprovar, e nenhum vereador diverge dessa pauta, portanto, será aprovado hoje esse projeto e vocês vão conquistar justamente o que estão pretendendo. (Palmas.) Neste momento, inclusive, o governo – e a gente tem contribuído enquanto bancada independente – está redigindo emendas para ajustar o texto para não ter nenhum problema jurídico. Como vocês sabem, esse é um tema que tem uma ampla fiscalização do Ministério Público, tem divergência de entendimento da lei federal, ou seja, é muito fácil judicializar e acabar tendo algum problema, depois, de pagamento, e nós não queremos isso. Nós queremos, justamente, aprovar um processo legislativo responsável, que não fruste as expectativas de vocês de, depois, não conseguirem receber, que possa justamente honrar o compromisso feito e consiga garantir, efetivamente, esse pagamento. E é por isso que eu faço questão de vir aqui dar um pouco mais informações. Eu estou vendo a bancada da oposição, da esquerda, vir aqui fazer grandes discursos, como se tivessem conquistando grandes coisas, mas, toda vez que metem a mão, em geral, dá problema. O IMESF, que foi muito citado aqui, nesta tribuna, deu problema justamente quando o sindicato foi lá e provocou na justiça e levou até o Supremo um processo que extinguiu a fundação. Depois disso, a Prefeitura teve que dar formas alternativas e criativas de conseguir manter os serviços de saúde e, obviamente, não da mesma forma que a gente vinha

prestando antes. Além disso, apesar...

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Gente, ninguém está discutindo sobre o Bolsonaro, o Bolsonaro passou já. Estamos falando sobre o projeto de lei que está em debate.

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Seu tempo está mantido, vereador.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Gente, quanto mais a gente debater aqui, mais tempo vai demorar para aprovar, daqui a pouco a sessão cai e não aprova hoje esse negócio. Olha só, a garantia de lei federal dada veio – vejam só, apesar dos grandes discursos da oposição aqui – pelo Valtenir Pereira, que é deputado pelo MDB, no Mato Grosso. Nem sou do MDB, mas foi um deputado do MDB, do seu partido, Ver. Cecchim, que garantiu essa legislação, relatado – vejam só – por Fernando Collor de Mello. E aí a gente vê aqui a esquerda fazendo grandes teatros e tudo mais. Mas por que não fizeram, no Congresso, as garantias de direitos? Por que não fizeram, lá no espaço legislativo o que deveriam? Estão aqui agora fazendo uma agitação de *cheerleader* do Collor e do Valtenir Pereira, o que muito me surpreende, porque vocês não têm informação, e mais uma vez vão cair de gaiato. Se aprovam as quatro emendas da oposição, sabem o que vai acontecer? Vai cair na justiça e não vai ter pagamento. Mais uma vez, a esquerda quer causar confusão, como fez no IMESF, e fazer com que, pretendo picanha, vocês acabem não tendo nada. Eu entendo que vocês votem na bancada da oposição, está tudo certo; agora, os demais vereadores desta Casa querem garantir um processo legislativo íntegro, responsável e que garanta o pagamento para vocês. E aí eu convido todos vocês a refletirem se é melhor torcer para quem não ajuda ou aceitar que quem está querendo fazer alguma coisa são os demais vereadores...

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Gente, vocês querem receber ou não querem? Querem um projeto que permita que vocês recebam ou não? Então, em vez de torcer para quem não entrega, pensem em quem está fazendo para entregar. Deixem de ser manipulados por essas pessoas, esses agitadores de torcidas, esses líderes populistas, que não vão entregar, gente. Não vão entregar! O pessoal faz um *show*, aqui, e tudo mais. Aplaudam e façam coro ao Fernando Collor de Mello e ao Valtenir Pereira. Pelo menos reconheçam quem está fazendo alguma coisa. Esse bando de líder de torcida aí, de picanha, não vai dar em nada. Tem que rejeitar as quatro emendas da oposição e aprovar a emenda que o governo está construindo para

viabilizar os pagamentos. O resto é só torcida. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Atenção! Atenção! Se passar o tempo da sessão, ela será esgotada e o projeto só será votado no ano que vem. Vamos contribuir para não dar tiro no próprio pé. O tempo está passando. Se terminar a sessão, o projeto só vai ser votado em fevereiro ou março do ano que vem.

A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLCE nº 016/22.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Obrigada, Presidente Idenir Cecchim, em teu nome, Presidente, quero cumprimentar os colegas vereadores, o público que está repleto nas galerias, a TVCâmara, a quem nos assiste pela TV. Ver. Camozzato, não mete a mão na nossa picanha, pelo amor de Deus. O Ver. Jonas acabou de falar isso para mim, e eu disse que iria chamar a atenção do Camozzato: não mete a mão na nossa picanha. Jonas, está feito o registro. Tirando as brincadeiras, gente, eu quero dizer para vocês que vocês são muito importantes. A saúde, os agentes que cuidam lá dentro de cada casinha, os agentes endêmicos, os agentes de saúde que conhecem os meandros mais importantes da nossa Porto Alegre, que vão, eu diria, a lugares que alguns vereadores nem conhecem, e vocês são os responsáveis por isso. O que é das pessoas se não tem a saúde e não tem a segurança? Eu diria que ninguém doente vai trabalhar, ninguém que esteja infectado vai numa sala de aula, assim como se, no entorno de um posto de saúde, de um hospital, de uma UPA, tiver a criminalidade explodido, ninguém vai nem se tratar. E quão importantes são vocês nesse momento em que a saúde diz respeito a todos nós, desde a criança mais jovem até o adulto com mais idade, desde mulheres e homens, pessoas com deficiência ou não, brancos, negros, índios, não interessa, saúde é para todos e é constitucional. Por ser constitucional é que o governo federal fez essa devida reposição, essa devida adequação em fixar – nem diria aumento – essa justa e merecida gratificação e valores para vocês. Mas é bom a gente dizer também que, se hoje, aqui na Câmara de Vereadores, isso está vindo para votar, nós temos dois grandes responsáveis que entendem a importância da saúde. Primeiro, é o nosso prefeito Sebastião Melo, que com muita sensibilidade... Não, se o prefeito não quiser, não acontece nada, gente. Nós temos que retomar as verdades, e aí não dá para a gente ficar aqui fazendo brincadeira. Se o prefeito Melo não trouxesse este projeto de lei complementar, nada estaria acontecendo. Eu parableno os secretários que estão aqui, desde o secretário da saúde, secretário Cassio, outros secretários que aqui vêm para garantir que será votado – e será, sim. Interessante a gente saber, e a gente tem que ouvir tudo, que o governo federal garante, sim, salário, mas os encargos têm sido por parte dos municípios – dos municípios! E são muitas variáveis. O prefeito Sebastião Melo, com toda a sua sensibilidade, com toda a sua palavra, com toda garantia, está

dizendo: “Sim, eu vou cumprir a determinação”. E os agentes de saúde e os agentes de endemias terão, nesse momento, o cálculo das parcelas remuneratórias junto, parêlo ao nível federal. Além disso, é bom, sim, nós lembrarmos mais uma coisa: eu vejo aqui a torcida organizada para o PT, o PSOL, o PCdoB, mas, se a base do governo não fosse aquela que vai dar sustentação para botar o seu voto, nada disso aconteceria, líder janta. É bom a gente falar isso. Os vereadores que estão subindo e que não são da oposição estão colocando o seu voto “sim” para que vocês tenham a garantia da equidade a nível federal aqui no Município. Então, é bom, também, os senhores, nesse momento, dizerem “que bom que nós temos uma base”. Às vezes, as palavras, os gestos de vocês caem para o outro lado, e eu sei que é a minoria, porque tem uma grande maioria aqui que não se interessa por qual é o partido, não interessa se quem sobe a esta tribuna é A, B ou C. Aqui vocês querem vereadores comprometidos com uma Porto Alegre cada vez melhor, que cuida daqueles que cuidam das pessoas. Então, deixando bem claro, a base do governo está dizendo “sim” para esse projeto, que será logo aprovado, com as emendas que forem bem necessárias, porque vocês merecerem. Muito obrigada. (Palmas.)

(Não revisado pelara oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CHECCHIM (MDB): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra discutir o PLCE nº 016/22.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Bom dia a todos! Estamos aqui no turno da manhã por conta do jogo do Brasil, hoje à tarde. Bom, a gente tem o compromisso de aprovar este projeto com vocês, que veio aprovado por uma imposição federal, o governo federal aprovou, através dos deputados e senadores, e trouxe essa obrigação para o Município. A notícia que vocês já estão acompanhando é que é importante o trabalho da oposição, de trazer emendas, trazer ideias, trazer novas soluções para os problemas, mas é evidente que para conseguir aprovar um projeto se precisa da maioria dos votos da Câmara de Vereadores. E a primeira notícia importante para vocês é que o governo e a base dos vereadores que compõem o governo se comprometeram a aprovar o projeto que hoje vocês estão reivindicando. Então, essa é uma notícia positiva. Não sei o que disseram para vocês antes, se nós iríamos contra o projeto, mas isso não procede. Nós iremos a favor do projeto. Essa é uma informação importante para desfazer algumas *fake news* que eventualmente estejam percorrendo os corredores.

Uma colocação interessante de se pontuar é que o governo municipal poderia ir contra este projeto; não vai, mas poderia ir contra o projeto. Por quê? Porque veio uma nova obrigação, trazida pelo governo federal, que não foi acompanhada de uma fonte de financiamento para custear esse aumento. O Município já paga um certo montante e o governo federal paga um outro montante, e esse acréscimo que foi aprovado, em nível federal, para os agentes comunitários, deveria ser acompanhado pelo governo federal, de uma fonte de financiamento – não veio! Então, o governo Melo, a Prefeitura de Porto Alegre entendeu por bem acolher essa demanda, justamente por entender a importância

do trabalho que vocês fazem lá na ponta, e o Município de Porto Alegre vai bancar essa diferença. O custo que isso vai representar para o Município, por ano, se for verdade a informação que me trouxeram, é de cerca de três milhões e pouco, por ano, que vão sair dos cofres do Município de Porto Alegre. Então, eu queria só pontuar aqui e fazer justiça. Justiça também a esse governo, que não é inimigo de vocês. Porque o Município de Porto Alegre é que vai bancar isso, sendo que quem deveria bancar seria o governo federal. É só uma ponderação que eu queria trazer para vocês, para que não se faça injustiça com os vereadores, que estão trabalhando para apoiar o projeto. Eu só queria fazer, em cima disso, uma pequena ressalva: os vereadores da oposição, querendo ajudar vocês ainda mais, estão trazendo as emendas que melhoram ainda as condições de trabalho de vocês; a colocação e a observação que eu faço em cima disso é que o Município teme não conseguir encontrar fundos para bancar esses outros benefícios que os vereadores da oposição estão trazendo. Quando alguns vereadores – e eu estou sendo transparente com vocês – votarem contra algumas emendas da oposição que vão além do que já foi acordado, nós iremos nos posicionar contra, porque não existe hoje uma previsão de fundos para garantir isso. Mas o projeto principal, que é o que vocês estão aqui reivindicando, nós temos o compromisso de aprovar. É só para deixar claro, para não parecer que nós estamos lutando contra vocês, ninguém é contra vocês; estamos dando acordo para fazer o projeto principal, mas algumas dessas emendas que os vereadores da oposição estão apresentando não estão sendo acompanhadas de fonte de financiamento, por isso nós votaremos contra algumas emendas. Mas, quanto ao projeto principal, vocês podem ficar tranquilos que será aprovado. Só um último detalhe importante: a base do governo está construindo a possibilidade de colocar no texto a questão da manutenção da garantia dos dois salários mínimos, não somente o valor fixo, para que, no longo prazo, a gente consiga fazer o reajuste sem precisar ficar cada vez vindo aqui tendo que aprovar o projeto. Valeu, estamos juntos!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLCE nº 016/22.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudá-lo, Presidente Cecchim; saudar as vereadoras e os vereadores, a plateia, que está mais tranquila agora, muito discurso no início, mas, na realidade, eu vou dizer para vocês que ninguém é contra vocês; nós, da base, somos maioria e estamos juntos com vocês. Não se surpreende se todos aqui assinarem juntos para beneficiar vocês, que é a causa maior do nosso dia de hoje, um dia especial, 9h30min da manhã, junto com vocês. Tem vereador que botou na emenda três salários mínimos regionais – não pode iludir vocês! Vamos pelo que está pelo governo, inclusive, nós somos a favor de não vir mais para cá, que seja por decreto, estabelecer um decreto que vai ser isso e segue pelo resto da vida auxiliando vocês, ajudando vocês, não precisa vir aqui fazer discurso que vai dar isso, que vai dar aquilo. Tem vereadores aqui, para vocês saberem, porque muitos até quem

sabe, é a primeira vez que vieram aqui nesta Casa, que eles conseguem votar emendas aprovadas e depois votar contra o projeto – até isso acontece aqui. Lamentavelmente, tem gente que não tem palavra aqui. Então vocês fiquem tranquilos, esse movimento que nós fazemos silenciosamente, é por que nós temos aquilo que vai dar para vocês a maior garantia: nós temos a maioria, nós somos mais um governo correto, que é o governo Melo, e nós vamos votar a favor de vocês. Tem vereador aqui que não disse que isso é direito adquirido de vocês! A partir de maio vocês vão receber. Então, às vezes, é muito discurso, muita ideologia e pouca verdade; nós precisamos, os políticos, falar a verdade, ser sinceros e corretos com vocês. Nós estamos do lado de vocês e vamos colocar emendas para que todos votem a favor. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para discutir o PLCE nº 016/22.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Bom dia a todos, fico feliz de ver o nosso plenário aqui cheio de gente, trabalhadores da área de saúde. Eu, que sou técnico de administração hospitalar, estou muito feliz com a presença de vocês. Sr. Presidente, é um dia importante, hoje nós vamos restabelecer aqui a justiça, talvez por uma falha administrativa na questão dos dois salários mínimos do piso, aos nossos amigos da área de saúde. Vocês merecem.

Quero dizer a vocês também, vocês sabem que eu sou o vereador mais bolsonarista desta Casa, por óbvio, só que, às vezes, a gente sofre com a teoria do etiquetamento. Eu trabalhei durante 12 anos na minha associação, dos policiais penais, e nós, após quase 15 anos, conquistamos a nossa polícia penal. Então, eu quero dizer para vocês que, todos os projetos que forem de interesse dos trabalhadores da área da saúde, da segurança e da educação, nós seremos favoráveis. Quero dizer para vocês também que, por óbvio, nós passamos um período eleitoral e claro que os partidos da esquerda – PT, PCdoB, PSOL –, eles tentam utilizar vocês para poderem eleger os seus parlamentares. Isso é óbvio, não vamos subestimar a inteligência do ser humano, mas só quero passar um recado com tranquilidade para vocês aqui, que é bem provável que os 36 vereadores vão aprovar este projeto de forma unânime. (Palmas.) Para vocês que fazem um excelente trabalho na área da saúde da nossa cidade, podem contar com esta Casa Legislativa, um beijo no coração e Porto Alegre não pode parar!

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Claudio Janta (SD): Sr. Presidente, nós gostaríamos de chamar todos os líderes partidários aqui na frente, porque esta Casa é uma casa de construção. Esta Casa procura melhorar a vida das pessoas e da população, e todos os líderes de bancada – do governo, a base do governo e a oposição –, nós, construímos uma emenda que está disponível para todos assinarem, no SEI, que a Emenda nº 06, e a oposição se

comprometeu de retirar todas as emendas para nós agilizarmos este processo. A Emenda nº 06 é o acordo que foi construído nesta Casa por todas as bancadas para que a gente aprove no dia de hoje e não no ano que vem este projeto.

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Situação e oposição, solicito que se aproximem da Mesa. (Pausa.)

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre Presidente, a oposição achou pertinente a possibilidade e o convencimento do próprio governo de que é necessário, sim, incluir o piso nacional, os dois salários mínimos. As outras emendas, nós as achamos de extrema importância, mas podem ficar, sim, para uma outra ocasião, o sindicato pode até judicializar. Isso não quer dizer que nós vamos perder o quinquênio, que nós vamos perder a insalubridade, é uma disputa, uma luta que vai continuar, mas hoje, pelo avançado da hora e a importância de nós votarmos o projeto de lei, a oposição dá acordo ao trazido pelo Ver. Janta. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Estão suspensos os trabalhos para a realização do acordo.

(Suspendem-se os trabalhos às 11h03min.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) – às 11h22min: Estão reabertos os trabalhos. Passo ao nosso diretor legislativo para que apregoe a matéria.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo as Emendas nºs 01 e 02, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, ao PLCE nº 016/22.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Alacir Oliboni, solicitando dispensa do envio das Emendas nºs 01 e 02 ao PLCE nº 016/22 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Alacir Oliboni, deferido pela presidência, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nºs 01 e 02 ao PLCE nº 016/22.

Apregoo a Subemenda nº 01, de autoria do Ver. Claudio Janta, à Emenda nº 01 ao PLCE nº 016/22.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta, solicitando dispensa do envio da Subemendas nº 01 à Emenda nº 01 ao PLCE nº 016/22 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Aprego o requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta, deferido pela presidência, solicitando que seja votada em destaque a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLCE nº 016/22.

Aprego Requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, solicitando a retirada de tramitação das Emendas nºs 01 e 02 ao PLCE nº 016/22. Com isso, resta prejudicada a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLCE nº 016/22.

Aprego as Emendas nºs 03 e 04, de autoria do Ver. Leonel Radde e do Ver. Jonas Reis, ao PLCE nº 016/22.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Leonel Radde e do Ver. Jonas Reis, solicitando dispensa do envio das Emendas nºs 03 e 04 ao PLCE nº 016/22 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoado Requerimento de autoria do Ver. Leonel Radde, solicitando a retirada de tramitação das Emendas nºs 03 e 04 ao PLCE nº 016/22

Apregoada a Emenda nº 05, de autoria do Ver. Claudio Janta, ao PLCE nº 016/22.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 05 ao PLCE nº 016/22 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Aprego o requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta, deferido pela presidência, solicitando que seja votada em destaque da Emenda nº 05 ao PLCE nº 016/22.

Aprego Requerimento de autoria Ver. Claudio Janta, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 05 ao PLCE nº 016/22.

Aprego a Emenda nº 06, de autoria do Ver. Claudio Janta, ao PLCE nº 016/22.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 06 ao PLCE nº 016/22 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores

que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta, deferido pela presidência, solicitando que seja votada em destaque da Emenda nº 06 ao PLCE nº 016/22.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação a Emenda nº 06 ao PLCE nº 016/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Quero cumprimentar a oposição e a situação pelo acordo. Pela primeira vez, o acordo foi mais rápido do que a datilografia, como se dizia antigamente.

Em votação o PLCE nº 016/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VOTAÇÃO NOMINAL

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

2º TURNO

PROC. Nº 0506/22 – PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 001/22, de autoria do Governo Municipal, que altera o § 2º do art. 183 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre. **(Transferência/verbas às escolas públicas municipais.) (SEI 118.00329/2022-68)**

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Claudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEDECONDH**. Relator Ver. Cassiá Carpes: pela aprovação do Projeto.

Parecer Conjunto:

- da **CEFOR, CUTHAB, CECE e COSMAM**. Relatora-Geral Ver^a Cláudia Araújo: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA, em ambos os turnos – art. 130 do Regimento da CMPA;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 07-11-22.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação nominal, em 2º turno, o PELO nº 001/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 36 votos **SIM**, por unanimidade.

Vamos mudar o terno para a camiseta da Seleção Brasileira. Muito obrigado pela presença. Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 11h29min.)

* * * * *